

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2020, em que é recorrente **Simplicio Monteiro dos Santos** e entidade recorrida o **2º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente**.

## TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

### ACÓRDÃO N.º 93/2023

*(Autos de Amparo 21/2020, Simplicio Monteiro dos Santos v. 2º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de S. Vicente, Indeferimento Liminar de Pedido de Nulidade do Acórdão 31/2023, por Manifesta Falta de Fundamento de Facto e de Direito)*

#### I. Relatório

1. O Senhor Simplicio Monteiro dos Santos, segundo aponta, vem ao abrigo das disposições conjugadas da primeira parte do n.º 3 do artigo 577 e do 595 do CPC, arguir a nulidade do *Acórdão 31/2023, de 20 de março, Inadmissão por Não-Esgotamento das Vias Legais de Recurso*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 37, 11 de abril de 2023, pp. 933-940, ancorando-se nos fundamentos que abaixo se sumariza:

1.1. Os três Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, com base no parecer do Digníssimo Senhor Procurador-Geral da República, decidiram não admitir o seu recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento e negando a concessão das medidas provisórias requeridas, por não esgotamento de todas as vias de recurso ordinário.

1.2. A seu ver, contrariamente ao decidido, através das peças protocoladas no processo, foi observado o pressuposto formal de esgotamento dos meios de defesa dos direitos fundamentais previsto no artigo 6º da Lei do Recurso de Amparo e do *Habeas Data*;

1.3. Por isso entende que o *Acórdão 31/2023, de 20 de março*, prolatado pelo Tribunal Constitucional é nulo, por erro de interpretação e aplicação de normas de

processo relativas ao Direito Constitucional Processual, da Lei do Recurso de Amparo e do Código de Processo Civil, com o agravante de integrar a nulidade da alínea b) do nº 1 do artigo 577º do CPC.

1.4. Conclui, solicitando que se declare a nulidade do acórdão desafiado, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 25º da Lei do Recurso de Amparo, com as suas consequências legais.

2. Marcada sessão de julgamento para o dia 8 de junho, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## **II. Fundamentação**

1. Não é novidade que a Corte Constitucional admite a existência de incidentes pós decisórios das suas decisões quando estão em causa interesses subjetivos. Entretanto, existem condições que se devem verificar para que o pedido possa ser conhecido, e que serão afloradas adiante.

2. Os critérios para a admissibilidade de incidentes pós-decisórios, nomeadamente os de arguição de nulidade, têm sido cada vez mais densificados pela Corte Constitucional. Assim, tem estabelecido balizas específicas – decorrentes da natureza especial do processo constitucional e da suscetibilidade de se fazer um uso abusivo dessa espécie de reação processual – que devem ser respeitadas sob pena de indeferimento liminar ou de não conhecimento dos pedidos.

2.1. Têm muita importância nesta matéria as decisões já tiradas sobre a questão nomeadamente (*Acórdão 02/2017, de 15 de fevereiro*, Rel: JC Aristides R. Lima, *PSD v. CNE*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 10, de 27 de 6 fevereiro de 2019, pp. 265-266; *Acórdão 5/2019, de 7 de fevereiro, Ike Hills v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, pp. 493-499; *Acórdão 10/2019, de 11 de abril, J.B. Delgado v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 519-

521; *Acórdão 11/2019, de 28 de fevereiro, E.B. Whanon Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, pp. 521-523; *Acórdão 19/2019, de 11 de abril, Obire v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 46, de 24 de abril de 2019, pp. 838-839; *Acórdão 47/2020, de 29 de outubro, Saab v. STJ*, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, de 12 de janeiro de 2021, pp. 88-90, *Acórdão 4/2023, de 18 de janeiro, Vanda Nobre de Oliveira v. 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 688-689; *Acórdão 5/2023, de 18 de janeiro, Pedro Rogério v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 689-690, *Acórdão 6/2023, de 18 de janeiro, Sebastião Ribeiro e Vanda Nobre de Oliveira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 690-691, *Acórdão 7/2023, de 18 de janeiro, António Ferreira v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, 13 de março de 2023, pp. 691-693).

Portanto é hoje inegável a possibilidade de impugnação das decisões do Tribunal nos seus diversos processos por via de incidentes pós-decisórios e não poucas vezes conheceu de pedidos de arguição de nulidade de suas decisões, mediante o recurso ao Código de Processo Civil, designadamente aos artigos 629, 644, 575 a 579, por remissão da legislação que lhe é aplicável.

2.2. Têm sido comuns as que envolvem as causas de nulidade do artigo 577 do Código de Processo Civil, nomeadamente as que se referem à alínea a) (*Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Smedo, 5.1.1); à alínea b) (*Acórdão 40/2022, de 31 de outubro, Ramiro Oliveira v. Juíza Desembargadora do TRB, Pedido de Nulidade do Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, por não especificação dos fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão*, Rel: JC Pina Delgado); à alínea c) (*Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Smedo;

6.2.3; 6.5; 6.6), e diversas vezes à alínea d) (*Acórdão 09/2018, de 3 de maio, Rel. JC Pina Delgado, INPS v. Presidente do STJ, Pedido de Aclaração e de Reforma do Acórdão, Rel: JC Pina Delgado, 4; Acórdão 36/2021, de 30 de julho, Alex Saab v. STJ, Arguição de Nulidade do Acórdão 30/2021, de 29 de junho, sobre solicitação de cumprimento de pedido de adoção de medidas provisórias dirigido ao Estado de Cabo Verde pelo Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas, por alegadamente o Tribunal Constitucional ter conhecido de questão que não devia conhecer e por o Tribunal ter alegadamente deixado de se pronunciar sobre questão que devia, Rel. JC Pina Delgado, 4-5; Acórdão 38/2021, de 30 de julho, Alex Saab v. STJ, Arguição de Nulidade do Acórdão 37/2021, de 9 de agosto, referente a despachos do Juiz-Relator de admissão da intervenção processual do Ministério Público como interveniente contrainteresado no processo principal e de admissão de junção de nota diplomática e mandado remetidos pelo Ministério Público, por ter conhecido de questão de que não podia tomar conhecimento, Rel. JC Pina Delgado, 2; Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 6.2.2; 6.3.2; 6.4; 6.6.), seja porque se imputou aos seus arestos omissão de pronúncia seja porque se alegou vício de excesso de pronúncia. Até já apreciou incidentes a envolver causa de nulidade exposta por outras disposições legais, nomeadamente nos artigos 629/630 do CPC (acórdão lavrado contra o vencido) (*Acórdão 47/2021, de 13 de outubro, Alex Saab v. STJ, Referente a Arguição de Nulidade do Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, por alegadas nulidades na tramitação processual, nulidades do acórdão e violação de princípios jurídicos, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima; JCP Pinto Semedo, 5.2.1-5.2.2).**

2.3. Todavia, o Tribunal sempre deixou claro que a aplicação desses preceitos deve sempre ser feita com as devidas adaptações e na medida em que sejam compatíveis com a natureza do processo constitucional, que sempre comporta também uma dimensão objetiva.

2.3.1 Por essas razões, o conhecimento desse tipo de incidente deve ser norteado pelo cumprimento de certas condições gerais – de competência, legitimidade e tempestividade – e, dependendo do tipo de processo e de incidente, como ficou esclarecido logo no *Acórdão nº 9/2018, de 3 de maio, INPS v. STJ, Rel: JC Pina Delgado,*

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, de 6 de junho, pp. 856-869, de certas condições especiais de conhecimento, nomeadamente quando não tenham fundamentação bastante, tenham propósitos meramente protelatórios ou sejam manifestamente inviáveis.

2.3.2. Portanto, a arguição da nulidade deve ser devidamente fundamentada e enquadrada no artigo 577 do CPC ou em qualquer outra norma legal que preveja uma causa especial de nulidade de decisão judicial aplicável ao processo constitucional. Não basta por exemplo indicar uma alínea do artigo 577, pois o recorrente precisaria também fundamentar como é que a decisão do Tribunal Constitucional é nula por violação da mesma.

3. Assim, antes de este Tribunal pronunciar-se sobre o mérito da impugnação dirigida ao Acórdão 31/2023, de 20 de março, deve verificar se os pressupostos gerais e os requisitos especiais associados à causa de nulidade invocada cuja redação é formulada, com as devidas adaptações, no sentido de que seria nulo o acórdão “(...) quando não especifique os fundamentos de facto e de direito que justificam a decisão”, estão preenchidos. Respetivamente, de, por um lado, atestar a presença dos requisitos de competência, legitimidade e tempestividade, e, do outro, verificar se o requisito inerente à causa de nulidade invocada – a apresentação de uma conexão entre a decisão e a omissão de fundamentação – se releva na argumentação do requerente, na medida em que a este cabe o ónus de a estabelecer.

3.1. Em relação à presença dos pressupostos gerais de competência, legitimidade e tempestividade,

3.1.1. Sem mais considerações, pode-se concluir que os dois primeiros estão presentes, haja em vista o que dispõem os artigos 575, parágrafo segundo; 577, parágrafo terceiro, e 589, parágrafo primeiro, todos do CPC, legislação aplicável por remissão;

3.1.2. No concernente à tempestividade, dispondo, nos termos do artigo 16, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, de vinte e quatro horas para obstar à decisão que não admite o recurso de amparo, verificando-se que o recorrente foi notificado, por via eletrónica, do Acórdão 31/2023, no dia 22 de março de 2023 às 15h33mn e, que, o seu requerimento, enviado pela mesma via, deu entrada neste Tribunal

no dia 23 de março pelas 11h09mn, dúvidas não se colocam sobre a tempestividade da entrada do pedido na secretaria do Tribunal Constitucional.

3.2. Por conseguinte, dando-se por preenchidos esses pressupostos gerais de admissibilidade, é decisivo verificar se arguição de nulidade é bem fundada.

3.2.1. Apesar de não ser muito inteligível o que pretende, de acordo com o que se consegue depreender, alega que o acórdão desafiado é nulo por erro de interpretação e aplicação de normas de processo e por alegadamente o Tribunal não ter especificado os fundamentos de facto e de direito com base nos quais proferiu o seu acórdão de rejeição do recurso de amparo constitucional, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 1 do artigo 577 do CPC.

3.2.2. O recorrente alega, primeiro, ter havido erro de interpretação das normas processuais, nomeadamente, em relação ao que dispõe o artigo 6º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, o que não deixa de ser curioso, para não dizer extremamente grave, na medida em que quer fazer entender que os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional não conseguiram alcançar o sentido da referida norma. Porém, independentemente das opiniões que possa ter a respeito, o facto é que o erro de interpretação, leia-se de julgamento, não é causa de arguição de nulidade do acórdão, nem tampouco de sua reforma, a menos que se consiga enquadrá-lo como um que decorresse de não consideração pelo Coletivo, por lapso manifesto, de documento que necessariamente implicasse em decisão diversa, o que não se arguiu e muito menos se provou. Portanto, este segmento da impugnação do acórdão é totalmente estéril. Sendo assim, o Tribunal não se pode dar ao trabalho de a discutir.

3.2.3. Quanto ao argumento que reconduziria à causa do artigo 577, parágrafo primeiro, alínea b) do Código de Processo Civil, o mínimo que se pode dizer, é que é se trata de uma alegação contrafactual. Na verdade, no Acórdão contra o qual se vem arguir a nulidade, esta Corte Constitucional explicou de forma ampla quais os motivos de facto e de direito que levaram à decisão de não admissão do recurso do recorrente no ponto 8.2.2, fundamentos esses que aqui se dão por reproduzidos sem a necessidade de se perder mais tempo com este assunto.

4. Assim sendo, não existe qualquer motivo para este Tribunal conhecer a arguição de nulidade suplicada pelo recorrente, devendo por isso indeferir liminarmente o pedido.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem indeferir liminarmente o pedido de declaração de nulidade do *Acórdão 31/2023, de 20 de março*.

Registe, notifique e publique.

Praia, 12 de junho de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Semedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 12 de junho de 2023.

O Secretário,

*João Borges*